

A LÍNGUA(GEM) EM PERSPECTIVA: APONTAMENTOS SOBRE A LINGUAGEM NEUTRA/LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA

Arthur Marques de Oliveira¹
Carmem Luci da Costa Silva²
Odair Jose Silva dos Santos³
Paula Leao Madsen⁴

RESUMO: O texto aborda entrevistas com linguistas sobre linguagem neutra, destacando a diversidade de perspectivas teóricas. O formato divergente das entrevistas, reunindo as opiniões de três entrevistados, é explicado devido à natureza multifacetada do tema. A metodologia das entrevistas envolveu perguntas gerais e específicas, abordando teorias linguísticas e metodologias relacionadas ao tema. Destaca-se a necessidade de promover informações respaldadas pela ciência para garantir um debate construtivo. O texto ressalta que a linguagem neutra é debatida não apenas no meio acadêmico, mas também na sociedade em geral, influenciando redes sociais, salas de aula, mídia e outros contextos.

Palavras-chave: Linguagem neutra, Linguagem não-binária, Gênero, Entrevista.

LANGUAGE IN PERSPECTIVE: NOTES ON NEUTRAL LANGUAGE/ NON-BINARY LANGUAGE

ABSTRACT: The text addresses interviews with linguists on gender-neutral language, highlighting the diversity of theoretical perspectives. The unconventional format of the interviews, bringing together the opinions of three interviewees, is explained due to the multifaceted nature of the subject. The interview methodology involved general and specific questions, addressing linguistic theories and methodologies related to the topic. The need to promote science-backed information to ensure a constructive debate is emphasized. The text underscores that gender-neutral language is discussed not only in academic circles but also in society at large, influencing social media, classrooms, media, and other contexts.

Keywords: Gender-neutral, Non-binary Language, Gender, Interview.

¹ Doutorando em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLET) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: arthurbp2@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9755-4277>

² Professora Associada em Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS. Bolsista de Produtividade em Pesquisa - PQ/CNPq. E-mail: carmem.luci@ufrgs.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6036-5285>

³ Doutor em Letras e mestre em Letras, Cultura e Regionalidade pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Professor no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL). E-mail: odairzile@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4014-7379>

⁴ Doutoranda em Applied Linguistics na University of Berkeley, California. E-mail: madsenpaulal@gmail.com.

Um formato divergente

Aqui apresentamos três entrevistas sobre linguagem neutra com linguistas de diversas perspectivas teóricas. Como é amplamente reconhecido, esse tema tem recebido considerável atenção tanto no meio acadêmico quanto na cultura em geral, incluindo a imprensa e a mídia. Para garantir a compreensão adequada do material apresentado, consideramos crucial complementar as entrevistas com alguns comentários de natureza teórica e metodológica.

Em primeiro lugar, é essencial destacar a forma incomum de apresentação dessas entrevistas, que são reunidas em conjunto. Isso ocorre devido a um ponto específico: estamos juntando as opiniões de três entrevistados em vez de apenas um, como é comum. Isso se deve à natureza do tema abordado, já que a diversidade de perspectivas sobre a linguagem neutra não se limita a uma única visão. Portanto, acreditamos que é enriquecedor proporcionar ao leitor a oportunidade de explorar essa diversidade de opiniões desde o início.

Em segundo lugar, é importante observar que o assunto vai além do debate acadêmico e influencia as redes sociais, salas de aula, conversas cotidianas, a imprensa e muitos outros aspectos da vida. Há uma ampla gama de opiniões sobre o tema, que vão desde o apoio entusiástico de ativistas até a oposição firme ao uso desse tipo de linguagem. Essas discussões têm implicações práticas significativas, não apenas no ambiente educacional, mas também nas relações familiares, no mundo profissional e nas instituições, entre outros contextos. Em resumo, não há consenso quando se trata da linguagem neutra.

Em terceiro lugar, é indiscutível que o tema transcende as fronteiras disciplinares e é objeto de discussão em diversas áreas do conhecimento, incluindo sociologia, antropologia, educação, filosofia e linguística, entre outras. No entanto, como veremos, as perspectivas dos nossos entrevistados, embora distintas, estão principalmente relacionadas à linguística, em parte devido à ênfase nos argumentos linguísticos que permeiam o debate em todas as esferas. Muitas vezes, os debates giram em torno da capacidade da língua de incorporar a linguagem neutra, mas nem sempre esses argumentos são linguisticamente relevantes. Portanto, é fundamental promover a disseminação de informações respaldadas pela ciência para possibilitar um debate construtivo que beneficie todos os envolvidos na questão.

Em resumo, essas foram as motivações que nos levaram a entrevistar nossos especialistas. Diante da ampla variedade de discussões sobre a linguagem neutra, estas entrevistas foram concebidas como uma iniciativa de apoio a um debate bem fundamentado, apresentando diversas perspectivas sobre o tema. Isso pode enriquecer o campo de estudos da linguagem neutra, dando voz a especialistas de diferentes subáreas dos estudos linguísticos. Os

especialistas selecionados para integrar este conjunto de entrevistas são dois homens e uma mulher, todos professores e pesquisadores em instituições de ensino superior no Brasil⁵. Essas pessoas foram escolhidas, pois acreditamos que elas têm papel importante na formação de recursos humanos na área dos estudos da linguagem (professores, tradutores etc.) entre nós. Além disso, são pessoas que têm forte presença em diversas esferas e áreas do debate acadêmico. A todos, antecipamos os nossos agradecimentos.

A metodologia utilizada para as entrevistas teve um duplo enfoque: o da produção e o de sua aplicação. As perguntas formuladas dividem-se em dois tipos: perguntas gerais e perguntas específicas. Na verdade, criamos uma pergunta geral que direcionamos a todos os entrevistados. A razão para isso é a nossa intenção de destacar a variedade de perspectivas que o tema pode abranger. Como se pode observar, esse objetivo foi plenamente alcançado. Em seguida, dois dos entrevistados responderam a uma pergunta que se concentrava em suas áreas de especialização. Ao fazer isso, nossa intenção era evidenciar diferentes enfoques teóricos que podem ser aplicados ao tema, o que é particularmente valioso no contexto atual da pesquisa linguística.

No que diz respeito ao processo de condução das entrevistas, procedemos da seguinte maneira: após o primeiro contato com os pesquisadores por e-mail, no qual explicamos nossos objetivos e intenções, enviamos as perguntas também por e-mail. Os pesquisadores, assim, responderam às perguntas por escrito, sem qualquer restrição quanto à extensão de suas respostas.

Quanto à organização das entrevistas, elas estão estruturadas da seguinte forma: em primeiro lugar, apresentamos a pergunta geral juntamente com as respectivas respostas. Em seguida, apresentamos as perguntas específicas.

Dito isso, é importante esclarecer ao leitor que nosso propósito não é desenvolver uma perspectiva definitiva ou uma síntese abrangente sobre o tema. Isso se deve ao fato de que, como já mencionado, a linguagem neutra é um assunto que abarca uma multiplicidade de pontos de vista. Acreditamos que ao dar voz aos estudiosos e ao confrontar suas reflexões sobre o tema, este conteúdo pode ser de auxílio para outras pessoas interessadas em como a linguagem influencia a vida de cada um de nós. Afinal, “não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre” (LABOV, 2008, p. 21).

⁵ A formação, as áreas de atuação e as instituições de trabalho dos entrevistados são apresentadas em nota de rodapé, na primeira ocorrência do nome de cada um, a seguir.

Levantando alguns questionamentos

Abaixo, encontra-se a primeira pergunta feita pelo autor para as pessoas entrevistadas, seguida da identificação e uma breve descrição sobre sua trajetória.

Arthur Marques de Oliveira (A.O) - Uma das grandes (e polêmicas) questões da atualidade sobre língua e linguagem - tanto dentro quanto fora do âmbito acadêmico - é a demanda por uma neolinguagem, linguagem neutra, inclusiva ou ainda não binária. Tendo em vista essa demanda, que aspectos, na condição de linguista, você considera relevantes para avaliar esse fenômeno?

Carmem Luci da Costa Silva⁶ (C.S) - Esse fenômeno, a meu ver, envolve a relação entre uma língua-sistema (com regularidades compartilhadas) e uma língua-discurso (que se singulariza a cada emprego, ainda que carregue o sistema compartilhado). Esses dois modos de existência da língua estão em relação com os valores de cultura de uma sociedade. Como a língua é o interpretante da sociedade, que apresenta humanos com diferentes identidades de gênero, esse sistema, por fazer parte das práticas humanas, contém elementos linguísticos que possibilitam a cada humano, inscrito em determinado gênero sexual, a se marcar no discurso, com formas da língua, para se situar conforme a sua identidade sexual-social. Como esse movimento é gradual e envolve as práticas humanas, cabe ao linguista refletir sobre como a língua pode impregnar mudanças sociais. Então, essa questão envolve a interessante relação entre língua e sociedade, na qual nós humanos estamos implicados, com as tensões existentes entre um sistema padrão das línguas e os sistemas emergentes.

Odair Jose Silva dos Santos⁷ (O.S) - Sim, considero que avaliar o fenômeno em torno das demandas da neolinguagem não só seja relevante, como também essencial. Ainda, acredito que essas discussões não devem ser pautadas apenas no campo acadêmico, mas sobretudo em

⁶ É professora Associada em Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFRGS - Mestre e Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-doutora pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)

⁷ É pós-doutor junto ao programa de Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul (UCS), doutor em Letras e mestre em Letras, Cultura e Regionalidade pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), especialista em Língua Portuguesa pelo Centro Universitário Barão de Mauá (2012) e graduado em Letras pela Universidade da Região da Campanha - URCAMP (2010). Atualmente é professor no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL), Campus Santana do Ipanema.

diferentes situações cotidianas. Nesse sentido, percebo que as discussões pautadas se assentam principalmente em um eixo antropossociológico, desenhando as características da língua como um capital simbólico[1], utilizado para a marcação da diferença, opressão e relações de poder. Ocorre que, historicamente, muitas línguas (inclusive e sobretudo a Língua Portuguesa) mantêm estruturas gramaticais binárias como mecanismos de marcar diferenças política e socialmente convencionalizadas, ou seja, formas linguísticas são usadas para manipular e favorecer indivíduos a partir de algum *habitus*. Assim, encarar que as demandas sobre linguagem neutra permaneçam apenas nos campos linguístico ou paralinguístico é, de certo modo, inconsequente, à medida que é o extralinguístico que sanciona esses dois, em um modo contínuo em que as partes se coadunam.

Na esteira dessas ideias, defendo que o que “opera” a língua é a semântica, ou seja, os conceitos mobilizados, construídos e postos em evidência em um processo comunicativo. Por exemplo, pensar nas diferentes situações e estruturas geradas no uso da língua como “boa noite a todos”, “boa noite a todas”, “boa noite a todos e a todas” ou escrever “boa noite a todes” (todxs, tod@s) pressupõe, além da estrutura gramatical, construções semânticas diferentes e uma rede modelos culturais que demarcam posicionamentos políticos.

Por fim, incluir as demandas por uma neolinguagem, linguagem neutra, inclusiva ou ainda não-binária no seio das discussões linguísticas é garantir o acesso de diferentes vozes negligenciadas e apagadas ao longo da história.

Indo mais a fundo no tema

A seguir encontra-se a segunda pergunta e as respostas das pessoas entrevistadas.

A.O - Pensando em sua experiência na sociolinguística e nos estudos sobre variação linguística e significados sociais, que aspectos da linguagem neutra podem configurar alguma especificidade sociolinguística nos estudos de variação linguística?

C.S – Sim, considero que as relações língua e sociedade fazem parte das reflexões linguísticas que o professor leva para a sala de aula para que os discentes reflitam sobre o modo como se implantam no discurso e se situam na sociedade onde vivem. Cabe aos professores pensar a língua com os discentes nas práticas sociais. Com relação à aquisição, pode ser contemplada nas pesquisas à medida que formas que contemplam a língua não-binária na língua-discurso daqueles que convivem com a criança, visto a criança se instaurar na língua materna a partir de

seu convívio com outro(s). Língua e sociedades são dadas à criança, que está desde sempre na linguagem. Como ela se instaura nessa herança social e linguística, por meio de enunciações, é aspecto central de uma perspectiva aquisicional enunciativa.

O.S – Em se tratando da demanda por uma neolinguagem, linguagem neutra, inclusiva ou ainda não-binária, defendo que estudos sobre esse fenômeno sejam contemplados junto às questões linguístico-cognitivas. A partir de minha experiência como pesquisador, posso tecer algumas problematizações com base na Linguística Cognitiva (espaço por onde posso falar), uma das áreas das ciências cognitivas.

Inicialmente, precisamos pensar que, como posto no Curso de Linguística Geral, “o observador faz o objeto”; sendo assim, minha fala percorre os trilhos da semântica, observando a língua em sua função de construir sentidos e percebendo que o ser humano busca a todo momento sentidos para si e para tudo. Como atividade cognitiva, os sentidos são construídos por uma rede de conceitos que carregamos, baseados em Modelos Cognitivos[2] e Modelos Culturais[3].

Assim, a Linguística Cognitiva faz uso dos aspectos da cognitividade humana, descrevendo e teorizando múltiplos aspectos, fazendo uso das conceptualizações e como a ‘palavra’ pode suportar uma rede conceptual. De certa forma, a questão da demanda por uma neolinguagem se coaduna como uma demanda similar a outras de diferentes grupos, tendo em vista que em todas as comunidades a organização mental é similar, pois para elas “o corpo humano é um microcosmos simbólico com o qual posteriormente se vai medir e conceptualizar o mundo, organizando este quase como uma extensão daquele” (TEIXEIRA, 2001, p. 180).

Nesse processo, em uma comunidade, toda e qualquer estrutura linguística é substrato cultural e quanto maiores forem as demandas (ou mais acentuadas), maiores serão os níveis de afetividade e relações com o corpo[4]. Desse modo, quanto à relação dos sujeitos em relação a uma linguagem neutra, podemos destacar que as estruturas novas inseridas estão sancionadas por meio de Modelos Culturais e que funcionam a partir de um conjunto de Modelos Cognitivos que revelam um caráter semântico: estruturas que condizem com os fatos observáveis dos usos da língua e que são cognitivamente aceitáveis.

Essas novas estruturas, então, estariam relacionadas a conceitos Lexicais, vistos como elementos da gramática mental e constituindo-se a partir de eventos de uso como unidades de conhecimento linguístico. É nesse processo que as marcas de neutralidade e/ou não binaridade funcionam como metáforas que podem codificar o conteúdo linguístico e, ainda, facilitar o

acesso a um conhecimento conceitual, sendo que também se constituem como parte da gramática mental, ao passo que se derivam do uso de língua.

Notoriamente essa problematização ganha espaço na Linguística Cognitiva ao intuir não sua validade ou não, mas como funciona em relação à mobilização dos sentidos construídos em diferentes situações e por diferentes indivíduos, encarando esses fenômenos como essencialmente metafóricos e polissêmicos. Três pontos tornam-se indispensáveis nessa discussão: a) A polissemia é conceitual por natureza: compreendemos que os itens lexicais se caracterizam como uma classe aberta em relação a um número infinito de sentidos e traços sensoriais possíveis que podem assumir. Estabelece-se uma relação conceitual, já que a construção de sentidos se dá guiada por Modelos Cognitivos e pelo contexto de uso; b) Palavras são selecionadas com tendências de seleção: os itens lexicais apresentam uma tendência de serem utilizados em situações específicas, à medida que o contexto de uso linguístico, aliado a Modelos Cognitivos, é que direciona essa tendência e c) Categorias gramaticais tem base semântica: a língua, enquanto sistema, é vista como um continuum, pois os diferentes níveis gramaticais se inter-relacionam para construir sentido e, assim, a polissemia também assume características gramaticais.

Na contramão, no contexto de algumas estruturas e normas gramaticais, há que se pensar na executabilidade morfofonêmica e sintática dos marcadores neutros pleiteados; essa seria uma pauta complexa e robusta a ser discutida pelos pares nas respectivas áreas, no entanto visualizo a dificuldade de esses marcadores serem inseridos na língua de tal modo a se tornarem efetivos, haja vista a impossibilidade da concatenação de alguns sons, principalmente nas posições de final de sílaba/palavra.

Portanto, consideramos que existem muitos atravessamentos que se interligam às demandas sobre neolinguagem, linguagem neutra, inclusiva ou ainda não-binária, principalmente de ordem semântica, implicando fenômenos como metáfora, polissemia, Modelos Culturais e Modelos Cognitivos, por exemplo. Visto assim, concordamos que a inclusão desses no debate das questões linguístico-cognitivas é essencial para se inventariar como os sentidos de um determinado item não são dados, mas construídos e, além disso, demarcar a importância dos usos linguísticos e da defesa de diferentes grupos que se mantêm, inclusive na contemporaneidade, excluídos de uma norma convencionalizada em prol de poucos.

[1] Os termos “capital simbólico” e “habitus”, (...) são aqui utilizados no escopo dos estudos do sociólogo Pierre Bourdieu.

[2] Modelos Cognitivos configuram-se como um conjunto coerente de conhecimentos, com diferentes frames relacionados, com potencial para produzir simulações suficientes para a construção de sentidos. A produção de sentidos de qualquer vocábulo ou enunciado está ligada, essencialmente, a esse conjunto de simulações construídos mentalmente.

[3] Modelos Culturais funcionam como filtros na seleção de metáforas. Metáforas particulares são selecionadas por falantes, e são sancionadas por esses oradores/falantes, só porque eles fornecem mapeamentos satisfatórios em entendimentos culturais já existentes.

[4] Para a Linguística Cognitiva, a mente é conexionalista e corpórea, ou seja, o “corpo” inteiro pensa e está conectado e são as experiências corpóreas que balizam as construções de sentidos.

Um formato inesperado

Nossa terceira entrevistada, Paula Leão Madsen⁸, optou por responder as duas questões na forma de um texto. Por isso, segue abaixo o conteúdo disponibilizado.

Às vezes, fico pensando que, se o mundo girasse na mesma velocidade das mudanças pelas quais ele tem passado nas últimas décadas, nós estaríamos em perpétuo estado de tontura – e, para ser sincera, há ocasiões em que sinto que estou, sim, confusa tentando acompanhar as constantes transformações nas mais diversas esferas: social, tecnológica, ambiental, cultural, econômica, científica, acadêmica, política... A lista parece não ter fim. Uma das formas em que essas transformações ganham corpo, materialidade e visibilidade é a língua. Ao incorporarmos determinadas variantes e ao deixarmos outras caírem em ostracismo, enquanto usuários da Língua Portuguesa, estamos constantemente moldando nossas maneiras de expressão, com o objetivo – explícito ou implícito, consciente ou não – de que elas retratem mais claramente os nossos prismas e vieses.

A tentativa de implementação de uma linguagem não-binária em Língua Portuguesa é uma dessas transformações em processo de, quiçá, vir a ser. A população LGBTQI+, que milita por direitos de existência, legitimidade e visibilidade, luta também para que esses direitos se reflitam no código por todos/todas/todes/tod@s/todxs usado. Representatividade importa.

Tal tentativa esbarra na realidade de que o ser humano é, por natureza, avesso a mudanças que o tirem de um status quo no qual ele se sente confortável. Mudanças linguísticas – venham elas verticalmente impostas pelos estudiosos da gramática (como as reformas

⁸ É professora adjunta da Universidade Berkeley, na Califórnia. Possui graduação em Licenciatura em Letras - Português e Inglês (2004) e mestrado em Linguística Aplicada (2007) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ortográficas) ou implementadas após entrarem em uso corrente por parte das elites intelectuais –, não raro, causam desconforto àqueles que estavam acostumados e confortáveis com determinadas formas. Eu mesma confesso que a palavra “ideia” sem acento me causa estranheza; que “joia” sem acento parece que perdeu um pouco do brilho; e que escrever “veia” sem acento agudo – quando não quero escrever “velha”, e sim o coloquial e expressivo “véia” –, dá uma agonia na minha alma: agora, essa palavra sem o acento é homógrafa de “veia”, onde corre este sangue irritadiço. Sim, estou ficando “véia”. E esse desconforto me acomete mesmo eu sendo linguista e, em geral, aberta a mudanças – minha dissertação de mestrado foi sobre manutenção, mudança e perda linguística.

A gente se apega à língua que a gente faz nossa (olha eu aqui misturando nós e a gente, coisa de que a gramática tradicional não é fã). E apego sentimental não é algo em que se possa mexer sem consequências. Reestruturações causam desconforto, desalojam, incomodam. Todavia, em casos como o da luta pela inserção de formas de expressão não-binárias de gênero, é necessário refletir mais além do conforto próprio: se o meu uso da Língua Portuguesa perpetua sexismo, violência e/ou exclusão, algo precisa ser feito para mudá-lo. Há a possibilidade de eu não ter consciência do grau de importância dessas mudanças. Nesse caso, quando há desconhecimento – e não uma intencionalidade – o prognóstico é promissor, pois existe a esperança de que esclarecimentos tragam a compreensão e a posterior incorporação de tais alterações. Por outro lado, a partir do momento em que essa consciência da necessidade de mudança é adquirida, se eu escolher perpetuar usos excludentes/discriminatórios da língua, estou sendo passiva e conivente com os efeitos nocivos dessa escolha. Daí a importância da educação inclusiva como agente transformador da sociedade. Parêntese necessário: educação inclusiva não é sinônimo de doutrinação; mas de representatividade, de respeito e de reconhecimento da diversidade. Entender a legitimidade de formas de expressão que vão além da nossa NÃO retira nossos direitos. Continuamos podendo utilizar os gêneros que desejarmos para nos referirmos a nós próprios. Se eu quero ser chamada de elA, de engajadA, esse é meu direito. Da mesma forma, se uma pessoa que não se identifica com o gênero masculino e nem com o feminino encontra uma forma de referência que a faz se sentir representada, é direito dela que nós a usemos para nos referirmos a ela.

Refletindo sobre a minha história, a história da língua que eu fiz minha, lembro de um desconforto que eu senti quando, na terceira série – éramos 18 meninas e 2 meninos ou algo nessa proporção –, nosso plural era forçosamente masculino. Estávamos “prontos”, “cansados”, “comportados”; éramos “bagunceiros”, “faladeiros”, éramos todOs. Eu usei o feminino plural para me referir à minha turma – a frase exata era “Estamos prontas!”, ainda me lembro –, mas

a professora me corrigiu, dizendo que isso excluiria o masculino... E assim, aprendi e me acostumei a excluir o feminino como norma de um grupo misto. Esse desconforto já era também um elemento premonitório de vários momentos que eu viveria enquanto mulher em um mundo que me dizia, em múltiplas instâncias, que ele havia sido criado e desenvolvido para homens, mais especificamente, para homens brancos, heterossexuais e sem deficiência. Para mim, restava a luta pelo que viria a ser o meu espaço de, com “sorte”, no máximo, uma coadjuvância entre os masculinos do mundo acadêmico e do trabalho. Por esse motivo, talvez, seja ainda maior a empatia que eu sinto quando vejo parcelas da população que não têm voz ou vez tentando lutar pelos seus direitos de legitimação e visibilidade.

Voltando à minha história de apropriação da Língua Portuguesa como algo meu: boa parte da minha escolarização ocorreu em uma época em que a supervalorização da gramática normativa tanto na escrita quanto na fala era uma realidade incontestável. Preto no branco: ou está certo, ou está errado. Não importava que o “errado”, tantas vezes, me soasse tão mais expressivo e natural, e que o “certo” me desse a impressão de engessado, pedante, anti-eu. Para a minha sorte, durante minha formação universitária, o estudo sobre variedades linguísticas, prestígio e preconceito linguístico ressignificou minha forma de refletir sobre a língua de menos prescritiva a mais descritiva. Passei de um caminho de julgamento a um de mais curiosidade e receptividade ao diferente.

Meu uso da língua passou a ser mais consciente de impactos, mais intencional. Neste artigo, por exemplo, a minha “voz escrita” é propositadamente não-formal; tem como objetivo ser dialógica, tem a intenção de que quem me leia se sinta conversando comigo (e de que quem me conhece reconheça minha voz e forma de expressão), vislumbrando na minha autoria traços da minha identidade. Meu uso da língua hoje me traz mais conforto – embora eu tenha tido que passar por muito desconforto para chegar aqui.

Desconforto. Novamente essa palavra. Acredito que o desconforto, muitas vezes, seja necessário para que haja crescimento. Se eu, enquanto mulher, experienciei um forte sentimento de exclusão e não-representatividade, imagino o que sente a população LGBTQI+, em especial quem não se identifica com gênero feminino ou masculino, quem é não-binário, quem é intersexo, quem é trans... É incalculável o quanto essa parcela da população sofre, o quanto luta para que a sociedade reconheça o seu direito de existir e partilhar dos poderes – poder se expressar, poder ser, poder se reconhecer representada/o/@/e/x no mundo, o que inclui a legitimidade de marcação de espaço na língua.

Para os que ainda se sentem desconfortáveis com a inclusão de uma forma de expressão não-binária de gênero, é importante ressaltar que a Língua Portuguesa evoluiu a partir do Latim,

que possui três marcações para gênero: masculino, feminino e, sim, neutro. No Português, o neutro, em boa parte, puf, sumiu. Está mais que na hora de restaurá-lo.

Eu agora resido em um país cuja língua oficial é o Inglês. Os adjetivos aqui não têm marcação de desinência de gênero (existem uns poucos casos em que se usa uma forma preferencialmente para se referir ao masculino – por exemplo, handsome – e ao feminino – por exemplo, gorgeous. Esses dois adjetivos, handsome e gorgeous, são formas de reconhecer beleza em seres rotulados, respectivamente, como masculinos e femininos). Aqui, o movimento por uma linguagem sem marcação de gênero também existe, mas, por conta dessa especificidade da língua inglesa, está mais voltado à opção por determinado grupo de pronomes: é comum ver, ao lado da assinatura dos e-mails de professores da Universidade da Califórnia, Berkeley, onde leciono, as formas she/her/hers; he/him/his; ou they/their/them. Assim: “Paula Leao Madsen (she/her/hers)”.

Em Língua Portuguesa, algumas das manifestações de escrita não-binária incluem o uso de “@”, “x”, ou “e” no lugar de/em adição a desinências de gênero “o” e “a”. Dessa forma, o adjetivo “bonito” poderia ser expresso como “bonito”, “bonita” (com marcações tradicionais de gênero masculino e feminino), mas também “bonit@”, “bonitx”, “bonite” (formas não-binárias).

Defendo que a escolha por “@”, “x”, “e”, ou outra forma de expressão não-binária de gênero na escrita deva ser pensada com bastante carinho para não acabarmos gerando outras exclusões/discriminações. Por exemplo, a leitura dos caracteres “@” ou “x” na palavra “tod@s”/“todxs” por parte de um software leitor torna essa palavra irreconhecível. Se a opção de grafia final for mesmo “@” ou “x”, há que se discutir uma contrapartida sonora viável a ser implementada por esses softwares para que as pessoas cegas e com baixa visão possam também ter acesso a essas formas e entender o que está escrito. Da mesma forma, as necessidades de pessoas com deficiência intelectual ou dislexia também devem ser consideradas quando da implementação da forma de expressão escrita não-binária para gênero. Admito que eu não refleti ou estudei o suficiente a respeito, mas intuitivamente considero que o uso de “e” seria mais inclusivo para pessoas cegas, de baixa visão, disléxicas ou com deficiência intelectual, uma vez que essa forma já está presente na língua em adjetivos como inteligente, ciente, potente, decente, gigante, elegante, ajudante (a lista é imensa, eu escolhi alguns que achei bacanas).

Enquanto linguista, defendo o acesso ao poder de escolha intencional das palavras, a legitimação de mudanças que permitam que as pessoas se sintam representadas por meio do código que usam e a transformação social validada e chancelada por meio de políticas

linguísticas inclusivas. Que não haja silenciamento; que a luta pela inclusão persista e triunfe; e que, na implementação de novas formas, haja todo um cuidado para que não se criem novas segregações.

Considerações finais

Diante da complexidade e diversidade de perspectivas apresentadas pelos linguistas nas entrevistas sobre linguagem neutra, é evidente que o tema vai muito além de uma discussão acadêmica. A linguagem neutra é um fenômeno que transcende fronteiras disciplinares, influencia diversas esferas da sociedade e levanta questionamentos profundos sobre a relação entre linguagem, identidade e poder. A decisão de apresentar as entrevistas de maneira conjunta revela a intenção de destacar a pluralidade de opiniões existentes no debate sobre linguagem neutra. Essa abordagem inovadora permite ao leitor explorar as nuances do tema desde o início, reconhecendo que não há uma visão única ou consensual sobre a questão.

O texto também destaca a relevância do debate sobre linguagem neutra nas redes sociais, salas de aula, ambientes cotidianos e profissionais. As implicações práticas desse fenômeno são vastas, afetando não apenas o ambiente educacional, mas também as relações familiares, o mundo profissional e as instituições em geral. Ao explorar as entrevistas mais a fundo, observamos que as perspectivas dos especialistas estão enraizadas na linguística, mas abrangem aspectos sociolinguísticos, cognitivos e semânticos. A análise das respostas dos entrevistados revela a complexidade do fenômeno, destacando a relação entre língua e sociedade, a influência de Modelos Cognitivos e Culturais, e a importância da semântica na compreensão da linguagem neutra. A inclusão da experiência pessoal da terceira entrevistada, Paula Leão Madsen, adiciona uma dimensão emocional e prática ao debate. Ela aborda a evolução da língua, a resistência às mudanças linguísticas e a importância da representatividade na linguagem, especialmente para comunidades marginalizadas.

Em última análise, o texto não busca impor uma perspectiva definitiva sobre a linguagem neutra, mas sim enriquecer o debate e oferecer uma variedade de vozes e reflexões. A conclusão é clara em sua defesa pela diversidade linguística, pela reflexão consciente sobre o impacto das escolhas linguísticas e pela promoção de um diálogo construtivo que considera a multiplicidade de identidades e experiências presentes na sociedade.

Referências

BOURDIEU, P. *A Distinção: Crítica Social do Julgamento*. 1. ed. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2015a, 560 p.

_____. *Coisas Ditas*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004a, 234 p.

_____. *O Poder Simbólico*. 16. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, S. A, 2012, 314 p.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

TEIXEIRA, J. *A verbalização do espaço: Modelos mentais de frente/trás*, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho (Coleção Poliedro), Braga, 2001.

Recebido em: 28/10/2023.

Aceito em: 21/12/2023.